

## VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E A PROLETARIZAÇÃO

Marcos Ferraz – UFPR – [ferrazmarcos@uol.com.br](mailto:ferrazmarcos@uol.com.br)

O presente artigo estabelece uma formulação teórica que contrapõe profissionalização e proletarização do trabalho docente, a partir de uma inspiração weberiana. Além de apresentar uma forma teórica de conceber os impasses da política de valorização docente no Brasil, o texto estabelece um primeiro teste empírico da hipótese, através da análise de um *survey* aplicado junto a docentes de uma Rede Estadual de Ensino.

Em sua *Ética Protestante e o “Espírito” Capitalista*, escrita entre 1904 e 1905, revista e acrescida em 1920, Max Weber evidencia não pretender explicar o capitalismo ocidental, mas sim, compreender o seu “Espírito”. Em outras palavras, ao sociólogo alemão interessava compreender a motivação da conduta individual e coletiva dos sujeitos no interior do capitalismo. Sejam estes capitalistas (proprietários dos meios de produção), ou trabalhadores (proprietários da mercadoria trabalho).

Se, por um lado, diferentes gerações de estudiosos da obra weberiana (COHN, 1979; PARSONS, 2010; TRAGTEMBERG, 2005) concentraram-se no sentido da ação de sua *Sociologia da Ação*, a partir de *Economia e Sociedade*; nas últimas décadas do século XX, e no início do século XXI, novos intérpretes (HABERMAS, 2001; PIERUCCI, 2000; SCHLUCHTER, 2000A; 2000B; 2011; SOUZA, 1997; 2000) destacaram sua *Sociologia das Religiões* e a ênfase na orientação das condutas.

É a partir desta segunda vertente, que se desloca do sentido da ação – muitas vezes uma *microsociologia* –, para a busca da orientação da conduta coletiva, que este artigo procura compreender a ação coletiva de docentes da educação básica e a institucionalização das políticas de valorização docente derivada da mesma, no interior da mediação estatal brasileira.

O ponto de partida é a separação – bastante consolidada na área – entre os estudos da trajetória de valorização docente a partir da *Sociologia das Profissões* que consolidou estudos que compreendem a luta docente como uma luta pela sua profissionalização (NÓVOA, 1987; VICENTINI e LUGLI, 2009) e os estudos que partem da literatura sobre a luta de classes e demarcam um processo de proletarização do trabalho docente (FERREIRA JR. e BITTAR, 2006). Entre estes possíveis polos, encontra-se, também, uma literatura que enfatiza a tensão entre um duplo aspecto do trabalho docente (FERRAZ, 2012; GOUVEIA e FERRAZ, 2020; MEHTA, 2020; OLIVEIRA, 2010; 2021).

Na dificuldade de uma codificação estável das atividades e rotinas que caracterizam o trabalho docente (MEHTA, 2020), historicamente tornou-se quase impossível a mesma assumir as características de uma profissão. A defesa das condições de trabalho (acesso ao mercado de trabalho, remuneração, carreira, jornada) não se efetivou pelo controle de um conhecimento especializado e

raro, e tampouco pelo reduzido número de indivíduos capazes de exercer a profissão. Ao contrário, a política de garantir acesso universal à educação, como um direito subjetivo dos cidadãos, demandou um número altíssimo de docentes e baixa codificação da atividade.

Assim, ainda que as políticas de valorização docente, ao longo da história, apontem para algum controle do acesso ao mercado de trabalho (exigência de licenciatura, concurso público), as mesmas não foram conquistadas pela capacidade corporativa profissional de fechar portas de acesso (a influência dos docentes da educação básica sobre a formação de professores é quase inexistente). Ao contrário, o pequeno controle existente é fruto da capacidade de ação coletiva massiva, daqueles que já se encontravam no interior do mercado de trabalho. Exigência de diplomas e certificações, e como acesso ao trabalho via concurso, vinculam-se ao crescimento na carreira, assim como proteção salarial frente ao número de docentes formados que se encontram fora do mercado de trabalho.

Em outras palavras, a luta docente pela valorização tem como elemento-chave, na orientação da sua conduta coletiva, a mobilização massiva nos moldes de um proletariado heterônimo frente ao processo de trabalho. Para ser direto: ação sindical corporativa / classista.

Vê-se aqui, o choque entre uma conduta de ação política proletária (sindical) que resulta na construção de uma institucionalidade política mediada pelo Estado (política de valorização docente) orientada por um ideal profissionalizante. Mas com uma capacidade muito baixa de se controlar, coletivamente, o acesso à profissão.

Na parte final do artigo, esta hipótese é testada a partir de dados de um survey aplicado aos docentes da Rede Estadual do Paraná, no período de trabalho remoto durante a pandemia da COVID-19. A situação do confinamento social afastou o Sindicato dos docentes, dificultando a coordenação de uma ação política coletiva. Ao mesmo tempo, colocou em tensão a autonomia do conhecimento profissional docente, frente a novas formas mediadas de interação com os estudantes, a direção da escola, a equipe pedagógica e os demais docentes, assim como os novos instrumentos tecnológicos padronizados por equipes externas a cultura escolar.

#### Bibliografia:

COHN, G. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERRAZ, M. Sindicalismo Docente no Brasil: elementos para uma análise. In: GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. *Educação e Conflito: luta sindical docente e novos desafios*. Curitiba: Appris, 2012.

FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In: *Educação & Sociedade*, vol.27, no.97, 2006.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A valorização do magistério como dimensão da qualidade da educação: uma mirada sobre o debate sindical. In: *Em Aberto*, v. 33. pp. 133 - 148, 2020.

HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa* – vol. 1 – Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 2001.

MEHTA, J. Da Burocracia à Profissão: reconstruindo o setor educacional para o século XXI. In: *Jornal de Políticas Educacionais*, vol. 14, nº 56, 2020.

NÓVOA, A. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX). In: *Análise Psicológica*, v. 3, p. 413-440, 1987.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. In: *Educar em Revista*, v. n.1, p. 17-35, 2010.

\_\_\_\_\_. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 26, 2021.

PARSONS, *Estrutura da Ação Social*. Vol. 2 – Weber. Petrópolis: Vozes, 2010.

PIERUCCI, A. F. Secularização segundo Max Weber. In: SOUZA, J. (Org.) *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: UnB, 2000.

SCHLUCHTER, W. Neutralidade de Valor e Ética da Responsabilidade. In: COELHO, M et all. (Orgs.) *Política, Ciência e Cultura em Max Weber*. Brasília: UnB, 2000A.

\_\_\_\_\_. Politeísmo de Valores. In: SOUZA, J. (Org.) *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: UnB, 2000B.

\_\_\_\_\_. *Paradoxos da Modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Unesp, 2011.

SOUZA, J. *Patologias da Modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber*. São Paulo: Annablume, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Modernização Seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB, 2000.

TRAGTEMBERG, M. *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo: Unesp, 2005.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. *História da profissão docente no Brasil*. São Paulo: Cortês, 2009.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sociologia das Religiões*. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.